



UC/FPCE 2016

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**Estudos de Validação da Escala de Avaliação da
Desejabilidade Social de Coimbra (DESCA) numa
Amostra Forense do INMLCF**

Ruth Patrícia Portugal Antunes
(ruth.portugal@hotmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e Saúde
(área de subespecialização: Psicologia Forense) sob a
orientação da Professora Doutora Isabel Maria Marques
Alberto

Estudos de Validação da Escala de Avaliação da Desejabilidade Social de Coimbra (DESCA) numa Amostra Forense do INMLCF

Resumo

A psicologia forense tem vindo a ganhar expressão apresentando-se como referência nos processos de avaliação e na tomada de decisão dos diferentes atores judiciais. Um dos parâmetros fundamentais é a fiabilidade da informação recolhida na avaliação, que é muitas vezes determinada pela intenção, mais ou menos consciente, de transmitir ao avaliador uma impressão favorável por parte do avaliado. A influência dessa tendência de resposta tem levado a Psicologia Forense a interessar-se cada vez mais pelo estudo de instrumentos que garantam um maior controlo da fiabilidade das avaliações em contexto jurídico. O conceito de desejabilidade social (DS) traduz essa tendência de distorção do indivíduo, negando ou ocultando traços de personalidade e comportamentos que são considerados como socialmente indesejáveis, para que o avaliador fique com uma imagem favorável do avaliado.

O presente trabalho tem como objetivo contribuir para a validação de um instrumento de avaliação da desejabilidade social, a Escala de Desejabilidade Social – DESCAs, numa amostra forense. Para o efeito, recorreu-se a uma amostra forense (n=33) recolhida no Gabinete Médico-Legal e Forense da Delegação Médio Tejo (Tomar) e a uma amostra de controlo, da população geral (n= 40).

Os resultados obtidos na DESCAs na amostra forense, indicam uma boa consistência interna ($\alpha=.820$), com uma média total de 54,97 e desvio-padrão de 8,23. Na validade convergente, com a escala L do EPQ-R e a escala de desejabilidade social de Marlowe-Crowne (MCSDS), os coeficientes de correlação são muito baixos, podendo refletir as diversas dimensões do construto “Desejabilidade social”. A nível da validade divergente, os coeficientes de correlação mostram que a desejabilidade social tal como é medida pela DESCAs é independente dos traços de personalidade, avaliados pelo EPQ-R.

Os dados obtidos apontam para ausência de diferenças significativas em função do sexo; no entanto, os resultados mostram haver influência do nível de escolaridade nas respostas à DESCAs.

Palavras-chave: Desejabilidade Social, Psicologia Forense, Avaliação Psicológica, DESCAs

Validation of a Social Desirability Assessment Scale of Coimbra (DESCA) in a Forensic Sample of INMLCF

Abstract

Forensic psychology has been gaining expression, presenting itself as a reference in evaluation and decision making procedures of the different judicial actors. One of the fundamental topics is the reliability of the answers given during the evaluation, many times determined by the, more or less conscious, intention of transmitting a favorable impression of him/herself onto the evaluator. The awareness of that tendency has taken Forensic Psychology to get an ever-growing interest in the study of instruments that guaranty a higher reliability control of the evaluations in a juridical context. The concept of Social Desirability (SD) translates the individual's distortion tendency while being evaluated, denying or hiding undesirable personality traits so that the evaluator retains a favorable image of the person assessed.

The present paper has the goal of contributing to the validation of a social desirability evaluation instrument, the Escala de Desejabilidade Social-DESCA, in a forensic sample. For that, we had a forensic sample (n=33), this last obtained in the Gabinete Médico-Legal e Forense da Delegação Médio Tejo (Tomar) and a control sample (n=40).

The results obtained with DESCA, in the forensic sample, indicate a good reliability ($\alpha=.820$), with a total average of 54.97 and a standard deviation of 8.23. Regarding the converging validity of the L scale of EPQ-R and the Marlowe-Crowne social desirability scale (MCSDS), the correlation ratios are very low which may reflect the diverse dimensions of the "Social Desirability" construct. On divergent validity, the correlation ratios show that the social desirability as is measured by DESCA is independent of the personality traits, evaluated by EPQ-R.

The obtained data point to the absence of significant differences relating to sex; however, the results show that there is an influence of the education level in the answers given in DESCA.

Key Words: Forensic Psychology, Psychological Assessment, Social Desirability, DESCA

Agradecimentos

À Professora Doutora Isabel Alberto pela dedicação, orientação, apoio e inspiração na elaboração desta dissertação e por me ter auxiliado a ultrapassar as dificuldades que surgiram ao longo desta etapa.

À minha família por serem quem me apoia incondicionalmente e ajudam em todas as etapas da minha vida. À minha irmã, pela paciência, entreaajuda, companheirismos e otimismo; obrigado mana, sem ti tinha sido muito mais difícil.

A todas as pessoas que foram personagens importantes na história da minha vida e que partilharam da construção do que sou hoje.

Um profundo obrigada!

Acrónimos

C.P. – Código Penal

C.P.P. – Código do Processo Penal

DESCA – Escala de Desejabilidade Social

MCSDS- Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne

EPQ-R - Questionário de Personalidade de Eysenck –Forma

Revista

INMLCF – Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências
Forenses

Índice

Introdução	1
I- Enquadramento Conceptual	2
1.1 A Psicologia Forense: concetualização e contextos de intervenção	2
1.2 Desejabilidade social	3
1.2.1 Definição e evolução do conceito	3
1.2.2 Avaliação da desejabilidade social	5
II – Objetivos	7
III – Metodologia	8
3.1 Amostra	8
3.2 Instrumentos	10
3.2.1 Escala de Desejabilidade Social – DESCAs	10
3.2.2 Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne – MCSDS	11
3.2.3 Questionário de Personalidade de Eysenck-Forma Revista – EPQ-R	11
3.3 Procedimentos	12
IV – Apresentação dos resultados e discussão	13
4.1 Estudos de Precisão	13
4.2 Análise da validade convergente e validade divergente	15
4.3 Comparação dos resultados da DESCAs entre a amostra forense(INMLCF) e a amostra de controlo	16
4.4 Comparação por itens da DESCAs entre as duas amostras	18
4.5 Avaliação da influência das variáveis sociodemográficas sexo, idade, nível de escolaridade e tipos de processo nas respostas à DESCAs na amostra forense	18
VI – Conclusão	20
Bibliografia	21
Anexos	27

Introdução

O exercício da psicologia no contexto forense confere-lhe especificidades que a distinguem da prática psicológica exercida em outros enquadramentos, quer nos seus objetivos, quer na relação estabelecida com o indivíduo avaliado e, sobretudo, pela sua ligação com a área do direito e com as instâncias judiciais. Blackburn (1996) define-a como um campo da psicologia cujo principal objetivo consiste em utilizar o conhecimento psicológico no domínio da Justiça, auxiliando o sistema judicial na tomada de decisão. Trata-se de uma área em evolução exponencial, na qual se tem verificado um esforço constante de pesquisa e de aperfeiçoamento das metodologias e instrumentos de avaliação utilizados (Machado & Gonçalves, 2011).

Há cada vez mais solicitação de perícias psicológicas que vão tendo um papel fundamental na “balança” do decisor, como elemento indispensável à melhor compreensão dos factos e dos indivíduos envolvidos. A avaliação psicológica em contexto forense assenta em quatro grandes recursos: a) as peças processuais; b) a entrevista clínica com o indivíduo a avaliar; c) as entrevistas com outros informadores e d) os instrumentos de avaliação psicométrica (Andrews & Meyer, 2003; Machado & Gonçalves, 2011). Grande parte dos instrumentos usados baseia-se em questionários de auto-relato para a obtenção de informação. Assim, a deseabilidade social, enquanto tendência para responder de forma socialmente aceitável e adequada, pode enviesar as respostas aos testes e influenciar a fiabilidade da informação recolhida. Daí que a medida da distorção das respostas no sentido da deseabilidade social seja essencial em contexto forense (Andrews & Meyer, 2003).

Os Processos de regulação do exercício das responsabilidades parentais e determinação da capacidade/ competência parental, as perícias sobre a personalidade ou a avaliação da credibilidade do testemunho constituem áreas onde os respondentes se encontram bastante motivados para se apresentarem de forma socialmente ajustada (Carr, Cue, & Moretti, 2005; Flens, Gould, & Martindale, 2009; Seals, Tobin, & Vincent, 2011). O presente estudo pretende, assim, contribuir para a validação da DESCA enquanto escala de avaliação da deseabilidade social, quer analisando as suas qualidades psicométricas a nível da consistência interna, da validade convergente e validade divergente, quer comparando os resultados registados na amostra forense com os de uma amostra da população geral.

I – Enquadramento conceptual

1.1 A Psicologia Forense: conceptualização e contextos de intervenção

A Psicologia Forense é uma das áreas que tem suscitado mais interesse e mais investimento a nível da comunidade científica. O termo “forense” tem origem na palavra latina “*forensis*” que significa “saído do fórum”, local onde se exercia o Direito na Roma Antiga. Assim, a Psicologia Forense consiste na aplicação dos princípios e conhecimentos psicológicos no contexto da Justiça e das ações que se reportam à aplicação das leis, contribuindo para uma melhoria do exercício do Direito (Arce, 2005; Bartol & Bartol, 1999; Brigham, 1999; Gonçalves & Machado, 2005; Marin & Esparcia, 2009).

O contributo da Psicologia no contexto da Justiça em Portugal regista uma história longa que ultrapassa já um século (Gonçalves, 1996). No entanto, é na década de oitenta do séc. XX que se assiste à progressiva afirmação da Psicologia como ciência e profissão marcadamente vocacionadas para a investigação e intervenção no âmbito forense (Almeida, 1993), sendo de realçar que este movimento se foi concretizando nos dois sentidos: a Psicologia interessou-se pela Justiça mas esta última também promoveu a articulação e fundamentação do seu trabalho com a Psicologia. Destaca-se a aprovação da Legislação Penal e Processual Penal em 1982 e 1987, em que é particularmente realçado o papel do saber e da prática psicológica como coadjuvantes do saber jurídico, sendo explicitamente veiculada a necessidade do trabalho dos psicólogos (e.g., perícias sobre a personalidade).

A Psicologia Forense, de acordo com Bartol e Bartol (1999), inclui dois grandes tópicos: (1) o estudo de aspetos do comportamento diretamente relacionados com o processo legal (memória e prestação de depoimento das testemunhas, tomada de decisão, comportamento criminal, avaliação do risco, entre outros); e (2) a prática profissional da psicologia no âmbito do sistema legal que inclui o Direito Criminal e Civil e as numerosas áreas onde elas se intercetam. Assim, a Psicologia Forense inclui temas tão variados como o testemunho em tribunal, avaliações no âmbito da família (regulação do exercício das responsabilidades parentais, adoção, promoção e proteção da criança), avaliação do dano, e planeamento e implementação de programas de intervenção e prevenção para agressores (jovens e adultos) e para vítimas (Bartol & Bartol, 1999). Outras funções específicas do psicólogo forense incluem a avaliação conducente à decisão sobre a (in)imputabilidade, recomendações de sentenças e avaliações do risco de reincidência em agressores, assumindo um papel fundamental na criação das normas e na sua

aplicação no domínio do Direito Penal, do Direito Civil e do Direito da Família.

Para Silva (1993) a função do psicólogo forense no exame pericial não é de revelar a “verdade dos factos” nem a “verdadeira história” do indivíduo mas sim recolher informação sobre a sua personalidade, a maneira como os factos se inscrevem no seu funcionamento psicológico, a sua história de vida que pode estar a influenciar o seu funcionamento atual em áreas particulares como, por exemplo, a parentalidade. Um desafio presente e com forte influência na avaliação psicológica em contexto forense é a tendência do avaliado para dar uma imagem positiva de si próprio com o propósito de conseguir uma decisão judicial que lhe seja favorável, como por exemplo, aceder ou manter o exercício das responsabilidades parentais, daí que a avaliação da desejabilidade social seja um tópico particularmente sensível.

1.2. Desejabilidade Social

1.2.1. Definição e evolução do conceito

Na Psicologia, as avaliações recorrem frequentemente a instrumentos de autorrelato nos quais os indivíduos respondem sinalizando a opção que melhor corresponde a si próprio. Por se basearem no autorrelato, estes testes são sensíveis ao enviesamento de resposta no sentido de socialmente correto e desejável (Furnham, 1986; Paulhus, 1991). A maioria dos comportamentos e das características de personalidade tem um enquadramento cultural que estabelece o que é desejável e adequado num determinado grupo social (Schmitt et al., 2007). Também as opiniões, os valores e as atitudes estão sujeitas às normas e sanções sociais (Schmitt & Steyer, 1993). De acordo com Seisdodos (1996) quase todas as ações humanas podem ter subjacente a necessidade de mostrar uma imagem favorável da pessoa.

Shultz e Chávez (1994) designam a “desejabilidade social” como a tendência do indivíduo para responder aos testes no sentido de mostrar uma imagem socialmente valorada de si próprio. A desejabilidade social traduz, assim, a propensão para a distorção da resposta no sentido de providenciar uma informação favorável nos autorrelatos, negando traços e comportamentos socialmente indesejáveis (Furnham, 1986). Paulhus (1991) defende que a desejabilidade social corresponde a um conjunto de processos de distorção de resposta que represente os "papéis" apropriados para um determinado contexto, evidenciando a tendência para apresentar uma imagem socialmente adequada com o objetivo de obter ganhos pessoais. Desta forma, a desejabilidade social constitui um componente indesejável na avaliação, uma vez que retira fiabilidade à informação obtida.

Não obstante a desejabilidade social ser um tópico bastante analisado,

ainda carece de estudos teóricos e empíricos no sentido de se compreender se é parte do construto medido (e.g. personalidade), se é uma interferência na medida (contaminando e ameaçando a fiabilidade) (Helmès & Holden, 2003; Holden & Passey, 2009; MacDougall & Schermer, 2013; Paulhus, 1991; Salthouse & Soubelet, 2011) ou uma combinação de ambas (LeBel & Paunonen, 2012). A forma como a desejabilidade social se relaciona com outras variáveis da personalidade não tem tido uma resposta linear na pesquisa, sendo um tema onde ainda não existe consenso. Estas dificuldades continuam a subsistir devido ao facto de o construto não ser teoricamente livre de discussão (Holden & Passey, 2009).

Paulhus usa a designação de Resposta Socialmente desejável “*Social Desirable Response* (SDR)”, definindo-a como a “tendência para dar auto-descrições demasiado positivas” de modo a transmitir uma imagem de si próprio melhor do que a real (Paulhus, 2002, p.50). Os primeiros trabalhos deste autor sobre a temática tentaram relacionar os conceitos e instrumentos de avaliação desenvolvidos por Sackeim e Gur (1978) com a estrutura proposta por Damarin e Messick (1965) (Paulhus, 1991). Ao longo dos anos, após conduzir diversos estudos com equipas variadas, o modelo proposto por Paulhus foi-se alterando.

O seu primeiro modelo, baseado em Sackeim e Gur, apresenta a SDR como multidimensional, integrando duas dimensões, que designou de *Self-Deception* (auto-engano) e *Impression Management* (gestão da impressão) (Paulhus, 1984). Com base nestes dois construtos, Paulhus, Reid, e Murphy (1987) construíram o *Balanced Inventory of Desirable Responding* (BIDR). Dos estudos de validação deste instrumento sobressaiu a existência de dois fatores distintos de *self-deception* (auto-engano): a) “*enhancement*” (valorização), que reflete a promoção de qualidades positivas, e b) “*denial*” (negação) em que se nega a presença de características consideradas negativas. Estes resultados levaram à reformulação do modelo da SDR que passou a englobar 3 dimensões: *Self-Deceptive Enhancement* (SDE) (valorização por auto-engano), *Impression Management* (IM) (gestão da imagem) e *Self-Deceptive Denial* (SDD) (negação por auto-engano) (Paulhus, 1988).

Em estudos posteriores, após análises de correlação do BIDR com traços de personalidade e inteligência e comparações com outros estudos (Paulhus, 1986; Paulhus & Notareschi, 1993; Paulhus, Tanchuk, & Wehr, 1999; Raskin & Hall, 1981; Sackeim & Gur, 1978), Paulhus elaborou uma versão “final” do seu modelo que integra dois fatores, *Alfa* e *Gama* (reminiscentes dos fatores nomeados por Wiggins, 1964), organizados por 4 construtos, *Self-Deceptive Enhancement*, *Agency Management*, *Self-Deceptive Denial* e *Communion Management* (Paulhus, 2002). O fator *Alfa* realça a tendência para a mentira ou engano de modo a exagerar o próprio estatuto social e intelectual, refletindo uma tendência egoísta, enquanto o fator *Gama* representa uma tendência moralista que se manifesta na negação de impulsos

socialmente não aceites e na manifestação de atributos positivos irrealistas.

O fator *Alfa* (tendência egoísta) incorpora duas dimensões: a) a *Self-Deceptive Enhancement* que reflete uma auto-percepção não realista, em que o indivíduo que tem resultados elevados acredita ser melhor do que é, apresentando características narcisistas; b) a *Agency Management* que resulta de uma auto-promoção e vanglória, muitas vezes num contexto profissional ou em situações excepcionais onde é benéfico para o indivíduo apresentar uma determinada imagem.

O fator *Gama* compõe-se também de duas dimensões: a) o *Self-Deceptive Denial* que envolve a tendência para acreditar numa auto-imagem demasiado positiva enquadrada numa dimensão moralista. O indivíduo não se considera superior como no *Self-Deceptive Enhancement*, mas auto-perceciona de forma exacerbada características socialmente aceites como boas, negando as ações consideradas negativas; b) a *Communion Management* que integra os pretextos e as desculpas de modo a melhorar a situação ou controlar circunstâncias que o indivíduo considera prejudiciais ou danosas para os seus interesses.

Em síntese, o trabalho desenvolvido por Paulhus (2002) demonstra que todas as dimensões de Desejabilidade Social implicam uma distorção da realidade que se manifesta no viés de resposta aos instrumentos de avaliação psicológica. O contributo de Paulhus vem ainda mostrar que a desejabilidade social é um construto multidimensional e, como tal, testes diferentes de desejabilidade social podem medir dimensões distintas do conceito.

1.2.2. Avaliação da desejabilidade social

A avaliação psicológica é uma tarefa particular da Psicologia que tem como objectivo aferir sobre o funcionamento psíquico do indivíduo em diversas áreas, permitindo identificar possíveis problemas e potencialidades/capacidades pessoais (Simões, 1999), sendo por isso, cada vez mais requisitada no contexto forense. Na avaliação em contexto forense há uma maior probabilidade de o indivíduo gerir as suas respostas para potenciar uma imagem benéfica de si próprio com o fim de garantir ganhos e vantagens. Na Psicologia Forense, conceitos como “falsear” e “dissimular” referem-se à tendência para o examinado, de forma deliberada, esconder a verdade com a intenção de criar uma impressão específica, considerando a natureza das questões ou as motivações dos respondentes (Araújo et al, 2009). Especificamente nos testes de autorrelato há mais possibilidade do indivíduo ponderar a resposta que assegure uma postura ou represente um papel que ele julgue ser o mais adequado para a situação em que se encontra, o que retira fiabilidade às informações e conclusões baseadas nessas provas.

A estratégia mais óbvia para verificar se as respostas dadas num autorrelato são honestas ou não, seria confrontá-las com outras fontes de

informação, o que nem sempre é possível. Assim, a tendência para responder de forma socialmente desejável deve ser avaliada a partir do padrão de respostas do indivíduo; por exemplo, muitas respostas positivas a itens socialmente aceitáveis, principalmente àqueles considerados improváveis, podem traduzir falta de honestidade (McCrae & Costa, 1983).

Ellingson, Smith, e Sackett (2001) realçam que em diversas pesquisas foram identificadas correlações entre as pontuações nas escalas de traços de personalidade e as pontuações nas escalas de desejabilidade social. Estas correlações mostram que determinados traços, sobretudo aqueles com ênfase no ajuste social da pessoa (e.g. escala de neuroticismo do Questionário de Personalidade de Eysenck (EPQ-R), estão positivamente correlacionados com a desejabilidade social (Edwards, 1990; Ellingson et al., 2001).

Os instrumentos usados na avaliação da desejabilidade social consistem, em geral, num conjunto de itens redigidos para suscitar respostas diferentes em indivíduos considerados honestos daqueles que o não são, em contextos (e.g. forense) em que se há vantagem e ganhos em mostrar uma determinada imagem de si próprios.

Tendo em conta que o objetivo primordial destes instrumentos é detectar situações de desonestidade, pode-se considerar que um dos primeiros passos para o seu desenvolvimento foi dado em 1930 quando, durante um estudo de larga escala acerca da mentira e engano, Hartshorne e May criaram uma escala de mentira (Üzümçü, 2016).

Meehl e Hathaway (1946, como citados em Üzümçü, 2016) analisaram o papel das escalas K e L do MMPI, inventário de personalidade, enquanto medidas de controlo da influência da desejabilidade social. Na escala K do MMPI é possível detetar distorções de resposta em casos diagnosticados com psicopatologia mas cujos resultados do MMPI se encontravam nos valores normais. A escala L (*lie*) do mesmo inventário é composta por itens referentes a atitudes e ações que são comuns mas socialmente indesejáveis, aos quais uma resposta negativa indica uma tendência para enviesar a informação, invalidando o perfil do teste.

Baseando-se nestas duas escalas do MMPI, Edwards cria, em 1957, a primeira escala específica para a desejabilidade social, a Edwards Social Desirability Scale (SD), e Wiggins, em 1959, constrói a Wiggins's Social Desirability Scale (Paulhus, 1991). Mas a escala mais conhecida e estudada é a *Marlowe-Crowne Social Desirability Scale* - MCSDS (1960), criada por Crowne e Marlowe numa tentativa de melhorar a escala de Edwards, que se focava demasiado num contexto de psicopatologia. Crowne e Marlowe (1960) elaboram a MCSDS com o objetivo de destacar os comportamentos interpessoais e as respostas de indivíduos consideradas normais (Paulhus, 1991). A MCSDS é composta por 33 itens que descrevem comportamentos socialmente desejáveis mas que são improváveis e ações que são comuns mas não desejáveis, excluindo itens com implicações psicopatológicas. A partir da MCSDS, Crandall, Crandall e Katkovsky (1965) construíram a *Children's*

Social Desirability Scale (CSD), uma versão para ser utilizada com crianças, tendo modificado a linguagem dos itens e adicionado conteúdos específicos para as mesmas (Paulhus, 1991).

Em 1978, Schuessler, Hittle e Cardascia elaboraram a *Responding Desirably on Attitudes and Opinions* (RD-16) para identificar respostas desejáveis em atitudes e opiniões na população geral (Paulhus, 1991). Neste mesmo ano, Ackeim e Gur criaram dois questionários que visavam a avaliação do auto-engano e decepção do próximo, respectivamente o *Self-Deception Questionnaire* e *Other-Deception Questionnaire* (Paulhus, 1991). Numa tentativa de melhorar a intercorrelação dos itens destes dois questionários Paulhus desenvolveu o seu próprio teste em 1984, o *Balanced Inventory of Desirable Responding* (BIDR) que avalia dois construtos, o *Self-Deceptive Positivity* e a *Impression Management*, já anteriormente referidos neste trabalho.

Em Portugal, na sequência dos estudos realizados com a MCSDS de Marlowe e Crowne, é criada a Escala de Desejabilidade Social de Coimbra (DESCA; Alberto, Oliveira, & Fonseca, 2012) por se manter a necessidade de controlar a influência da desejabilidade social nas medidas de autorrelato na avaliação psicológica realizada em contexto forense, especialmente no âmbito da regulação do exercício das responsabilidades parentais (Oliveira, 2013). Mais tarde surge a EDS-20 (Almiro et al., 2016), que resulta da combinação de itens da MCSDS e da escala L do MMPI-2, e que parte do pressuposto de que é unidimensional, enquanto a DESCa é apresentada como multidimensional, ou seja, pretende avaliar diferentes tipos de desejabilidade social (Oliveira, 2013).

Apesar da existência de vários testes/escalas, a avaliação da desejabilidade social continua a ser um desafio, especialmente porque não existe um consenso geral acerca das dimensões que a compõem, nomeadamente se é uni ou multidimensional, e porque constitui uma variável que retira fiabilidade às informações recolhidas através de escalas de autorrelato no contexto da avaliação psicológica forense.

II – Objetivos

A presente investigação tem como objetivo contribuir para a validação da DESCa, particularmente em indivíduos envolvidos numa avaliação psicológica em contexto forense. A escolha desta amostra específica teve como argumento que o contexto judicial pode gerar elevada motivação para apresentar uma imagem de si próprio que garanta ganhos para o indivíduo na avaliação psicológica, favorecendo o enviesamento nas respostas e retirando fiabilidade às informações recolhidas.

Assim, este estudo tem como objetivos específicos:

- a) Analisar as qualidades psicométricas da DESCa a nível da

Estudos de Validação da Escala de Avaliação da Desejabilidade Social de Coimbra (DESCa) numa

Amostra Forense do INMLCF

Ruth Patrícia Portugal Antunes (ruth.portugal@hotmail.com) 2016

consistência interna, validade convergente (através da Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne - MCSDS e da Escala de mentira do EPQ-R) e validade divergente (através das restantes subescalas do EPQ-R);

- b) Comparar os resultados obtidos na DESCA entre uma amostra forense (INMLCF) e uma amostra da população geral (controlo).
- c) Explorar a influência das variáveis sociodemográficas sexo, idade e nível de escolaridade.

Espera-se que este estudo contribua para uma compreensão mais ampla do fenómeno da desejabilidade social, para que seja possível um maior controlo da sua influência nos resultados obtidos na avaliação psicológica.

III – Metodologia

3.1. Amostra

Este estudo incluiu duas amostras: uma amostra forense e uma amostra de controlo.

A amostra forense é composta por 33 participantes, avaliados no Instituto Nacional de Medicinal Legal e Ciências Forenses (NIMLCF), com idades entre os 18 e os 63 anos, sendo 22 do sexo masculino (66,6%) e 11 do sexo feminino (33,3%) (ver Tabela 1). A amostra foi recolhida pelo método de amostragem não probabilística (amostragem de conveniência). Os participantes são maioritariamente casados ($n = 22$; 66.66%). No que diz respeito ao nível de escolaridade, 12.12% ($n = 4$) dos participantes têm ou frequentam o ensino superior, enquanto 24,24% ($n = 8$) têm o 1º Ciclo e 27,27% ($n=9$) concluíram o 3º Ciclo. Relativamente à atividade profissional, destaca-se que 30.30% ($n = 10$) são Trabalhadores Qualificados da Indústria, de acordo com a classificação do INE (2011).

A amostra de controlo inclui 40 participantes da população geral selecionados de uma amostra recolhida no âmbito do projeto de investigação de validação da DESCA. A seleção dos participantes teve como critério o emparelhamento das duas amostras a nível das variáveis sociodemográficas sexo, idade, nível de escolaridade e categoria profissional.

Tabela 1 - Características sociodemográficas da amostra forense e de controlo

	Amostra Forense	Amostra de controlo
<i>N</i>	33 (100%)	40 (100%)
Sexo		
Masculino	22 (66,7%)	28(70%)
Feminino	11(33,3%)	12(30%)
Idade		
Média	45,91	42,63

DP	11,33	8,851
Anos de escolaridade		
1º Ciclo	8 (24,2%)	5 (12,5%)
2º Ciclo	6 (18,2%)	5 (12,5%)
3º Ciclo	9 (27,3%)	20 (50%)
Secundário	6 (18,2%)	10 (25%)
Superior	4 (12,1%)	0 (0%)
Estado Civil		
Solteiro	7 (21,2%)	7 (17,5%)
Casado	22 (66,7%)	28 (70%)
Viúvo	0 (0%)	1 (2,5%)
Divorciado	4 (12,1%)	3 (7,5%)
Recasado	0 (0%)	1 (2,5%)
Profissão		
Representantes do poder legislativo e de órgãos	1 (3,0%)	0 (0%)
Científicos e intelectuais	1 (3,0%)	3 (7,5%)
Técnicos e profissões de nível intermédio	3 (9,1%)	1 (2,5%)
Pessoal administrativo	1 (3,0%)	3 (7,5%)
Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e vendedores	3 (9,1%)	6 (15%)
Agricultores e trabalhadores qualificados...	0 (0%)	3 (7,5%)
Trabalhadores qualificados da industria	10 (30,3%)	3 (7,5%)
Operadores de instalações de máquinas	1 (3,0%)	8 (20%)
Trabalhadores não qualificados	5 (15,2%)	5 (12,5%)
Desempregados	6 (18%)	6 (15%)
Reformados	2 (6,1%)	0 (0%)
Estudantes	0 (0%)	2 (5%)

Comparando as amostras em função da variável Escolaridade, Profissão, Sexo e Estado Civil procedeu-se ao cálculo do *Qui-Quadrado*. Os resultados obtidos (Anexo F) indicam que há diferenças estatisticamente significativas entre os anos de escolaridade do grupo de controlo em relação ao grupo forense ($\chi^2= 9,371$; $p =,047$; 99% IC [,041, ,052]). No grupo de controlo há uma maioria de participantes com o nível de escolaridade do 3º Ciclo e Secundário (75%), não existindo nenhum com escolaridade de nível

superior, enquanto que na amostra forense a maioria recai no 1º e 3º Ciclo (56,7%) e existem participantes com escolaridade superior (12,12%).

Relativamente à variável Profissão, também existe uma diferença estaticamente significativa entre a profissão do grupo de controlo em relação ao grupo forense ($\chi^2= 20,733$, $p = ,017$, 99% IC [,014; ,021]). O grupo de controlo é composto por um número considerável de Operadores de Instalações e Máquinas, enquanto que na amostra forense estes são quase inexistentes, estando os Trabalhadores Qualificados da Industria em maior número.

Na variável Estado Civil, não existe diferença estaticamente significativa entre o grupo de controlo e o grupo forense ($\chi^2= 2,212$, $p = ,907$, 99% IC [,900; ,914]). O mesmo se verifica em relação à variável sexo, que não regista diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos ($\chi^2= 2,21271$; $p = ,907$; 99% IC [,900, ,914]).

No que respeita à Idade, procedeu-se ao cálculo do Teste *t-student* para amostras independentes, verificando-se que há uma diferença estaticamente significativa entre as médias da idade do grupo de controlo em relação ao grupo forense ($t(68) = -1,390$, $p = ,169$, 95% IC [-7,994, 1,426]).

3.2. Instrumentos

3.2.1. Escala de Desejabilidade Social de Coimbra (DESCA) (Alberto, Fonseca, & Oliveira, 2012)

A DESCA é constituída por 21 itens, pretendendo ser uma escala simples e pequena, sem redundâncias, que permita uma compreensão fácil dos itens, atentando às recomendações da psicometria (Rua, 2011). A resposta aos itens da prova, através de uma escala de *Likert* de quatro pontos (1= "Discordo completamente" a 4= "Concordo completamente"), foi pensada para evitar a possibilidade de uma resposta central de não compromisso (Oliveira, 2013). Quanto maior é o resultado, maior é a tendência do indivíduo de responder de acordo com o socialmente desejável.

A DESCA foi construída por Alberto, Oliveira e Fonseca em 2012 para avaliar a desejabilidade social em contexto forense. Procedeu-se a uma análise dos itens de instrumentos utilizados na avaliação da desejabilidade social, nomeadamente da escala L de Mentira/ Desejabilidade Social do Questionário de Personalidade de Eysenck – Forma Revista (EPQ-R; Eysenck, Eysenck, & Barrett, 1985; adapt. port. Almiro & Simões, 2012); da *Social Desirability Scale-17* (SDS-17; Stöber, 1999, 2001) e da *Marlowe-Crowne Social Desirability Scale* (MCSDS; Crowne & Marlowe, 1960; adapt. port. Simões, Almiro, & Sousa, 2010). Foi ainda considerada a informação recolhida da pesquisa da teórica sobre a desejabilidade social. Na construção dos itens da

DESCA procedeu-se de forma a não haver repetição de itens de escalas já existentes (Oliveira, 2013).

O estudo de validação da DESCA obteve, ao nível da consistência interna um valor de $\alpha = .757$, e da estabilidade temporal da escala um coeficiente de correlação de $r = .749$. Ambos os resultados indicam qualidade razoável no que respeita à precisão da escala. Da análise fatorial resultou uma estrutura com três fatores que explicam 51.476% da variância total: *Busca de Aprovação Social* (BAS), *Gestão de Imagem Social* (GIS) e *Dependência Relacional* (DR), indicando que a DESCA é uma escala multidimensional (Oliveira, 2013).

3.2.2. Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne (MCSDS)

A Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne (MCSDS; Ballard, 1992; Carvalho, 1999; Almiro, Simões, & Sousa, 2010) é um instrumento de auto-resposta que avalia a desejabilidade social e é independente da psicopatologia (Crowne & Marlowe, 1960; Scagliusi et al., 2004). É composta por 33 itens, correspondentes a afirmações que descrevem comportamentos do quotidiano, tendo como opção de resposta as alternativas “Verdadeiro” ou “Falso” (Anexo B). Tal como a DESCA, também na MCSDS um valor mais elevado corresponde a maior desejabilidade social

Os estudos portugueses de Barros, Moreira e Oliveira (2005) e de Póinhos et al. (2008) apresentaram valores de consistência interna considerados aceitáveis (alfa de *Cronbach* de .64 e de .65, respetivamente). O estudo realizado por Almiro (2013) revela boa consistência interna da escala (alfa de *Cronbach* de .84). Em todos estes estudos se assumiu que a MCSDS é uma escala unidimensional.

3.2.3. Questionário de Personalidade de Eysenck – Forma Revista (EPQ-R; Eysenck, Eysenck, & Barrett, 1985; Almiro & Simões, 2012; Almiro, 2013)

O Questionário de Personalidade de Eysenck – Forma Revista (EPQ-R) foi construído por S. Eysenck, H. Eysenck e Barrett, em 1985, com o intuito de ultrapassar as limitações identificadas na escala do Psicoticismo da versão original. O EPQ-R avalia três dimensões fundamentais da personalidade – Modelo P-E-N: Psicoticismo (P), a Extroversão (E) e Neuroticismo (N) (Almiro & Simões, 2011).

A versão portuguesa do EPQ-R (EPQ-R; Almiro & Simões, 2013) contém 70 itens distribuídos por quatro escalas: a P com 9 itens, a E com 20 itens, a N com 23 itens, e uma escala de mentira/ desejabilidade social, a escala L (*Lie*), com 18 itens. Quanto maior o valor obtido na escala L, maior a

Estudos de Validação da Escala de Avaliação da Desejabilidade Social de Coimbra (DESCA) numa

Amostra Forense do INMLCF

Ruth Patrícia Portugal Antunes (ruth.portugal@hotmail.com) 2016

tendência para responder no sentido da desejabilidade social.

Cada uma das 70 questões relativas ao modo “habitual de ser, pensar e sentir” poderá ser respondida tendo como opção de resposta “Sim” ou “Não”, codificada com 1 ponto se a resposta segue uma orientação no sentido da escala avaliada, ou 0 pontos, caso a resposta contrarie essa tendência (Almiro, 2013). A avaliação da personalidade proporcionada pelo EPQ-R resulta da descrição das características emocionais e comportamentais (relacionadas com o carácter, o temperamento e os aspetos intelectuais e físicos) do indivíduo em função das dimensões P, E, N. A escala L, como uma medida de Mentira/Desejabilidade Social, constitui um elemento essencial na apreciação da personalidade do indivíduo e do seu grau de honestidade na resposta ao questionário (escala de validade) (Almiro, 2013).

Os estudos de adaptação, validação e aferição do EPQ-R para a população portuguesa foram efetuados por Almiro e M.R. Simões (2013a, 2013b; Almiro, 2013). No estudo português, as potencialidades deste instrumento foram exploradas no contexto da comunidade geral e nos contextos clínico e forense. Os estudos de Almiro (2013) apresentam valores de consistência interna considerados em geral aceitáveis ($\alpha = .64$ para a escala Psicoticismo, $\alpha = .81$ para a escala Extroversão, $\alpha = .88$ para a escala Neuroticismo e $\alpha = .77$ para a escala L/mentira).

3.3. Procedimentos

Partiu-se para o presente estudo com um conjunto de teorias acerca do conceito de desejabilidade social para posteriormente se proceder a uma análise da DESCA enquanto instrumento de avaliação da desejabilidade social.

Uma vez que os testes que compõem o protocolo de investigação são fundamentais na avaliação psicológica em contexto forense e constituem uma mais-valia para o trabalho do psicólogo, foram integrados nos pedidos de “Perícias sobre a personalidade” efetuadas no INMLCF, após ter sido solicitada autorização formal ao INMLCF para a utilização dos mesmos (Anexo A) e assinado um termo de responsabilidade pela presente investigadora (Anexo B).

As informações sobre as variáveis sócio demográficas e os resultados obtidos pelos avaliados no INMLCF foram recolhidas dos processos de avaliação psicológica realizada. Na amostra de controlo foram administrados os protocolos a pessoas da comunidade geral que, após informadas do objetivo da investigação e de garantidos o anonimato e a confidencialidade aceitaram participar, dando o consentimento informado previamente à administração do protocolo. Os dados relativos aos questionários preenchidos e variáveis em estudo foram inseridos posteriormente tratados em SPSS v19 (IBM SPSS, 2010).

IV – Apresentação dos resultados e discussão

4.1 Estudos de Precisão

Relativamente ao estudo de precisão (fiabilidade) dos três instrumentos calcularam-se os alfas de *Cronbach* para analisar a consistência interna. Na amostra forense (n=33) foram obtidos os valores de $\alpha=.693$ para a MCSDS, de $\alpha=.820$ para a DESCA e de $\alpha=.758$ na escala L do EPQ-R (ver tabela 2). De acordo com Murphy e Davidsholder (1988, como citados em Maroco & Garcia-Marques, 2006), o valor para MCSDS e escala L do EPQ-R indica uma consistência interna baixa, enquanto o valor para DESCA é moderado.

Na amostra de controlo (n=40) foram obtidos os valores de $\alpha=.377$ para a MCSDS, de $\alpha=.699$ para a DESCA e de $\alpha=.76$ para a escala L do EPQ-R., índices que, de acordo com os mesmos autores, revelam um coeficiente de consistência interna moderado para a escala L do EPQ-R, um coeficiente baixo para a DESCA e inaceitável para a MCSDS (Murphy & Davidsholder, 1988, como citados em Maroco & Garcia-Marques, 2006).

Tabela 2 - Síntese das características psicométricas das escalas MCSDS; DESCA e escala L do EPQ-R obtidos no Contexto Forense

N=33	Consistência interna <i>Alfa de Cronbach</i>	M	DP	Itens
DESCA	.820 (.699)	54,97 (52,75)	8,22 (5,504)	21
MCSDS	.693(.377)	18,91(48,17)	4,52(3,25)	33
EPQ-R L	.758 (.760)	11,52 (10,32)	4,77 (3,651)	18

[Entre parêntesis encontram-se os valores correspondentes à amostra de controlo (n=40); M(média), DP (Desvio-padrão)]

Como se pode verificar, na amostra forense a escala que tem melhor coeficiente de consistência interna é a DESCA, enquanto na amostra de controlo é a escala L do EPQ-R que apresenta um coeficiente mais elevado. A DESCA foi construída a partir do conhecimento empírico dos indivíduos em contexto de avaliação forense, enquanto a MCSDS surge no âmbito da investigação e a escala L do EPQ-R resulta da aplicação em contexto clínico não forense, o que pode explicar as diferenças registadas a nível do alfa de *Cronbach*. O valor obtido na DESCA para a amostra forense é superior ao registado por Oliveira (2013) no estudo de validação original, mas na amostra de controlo foi mais baixo. Relativamente à MCSDS, o resultado na amostra forense é semelhante ao registado por Barros, Moreira e Oliveira (2005) e Póinhos et al (2008), mas mais baixo que o referido por Almiro (2013). Na amostra de controlo a MCSDS registou um coeficiente muito inferior aos dos estudos referidos. A escala L do EPQ-R obteve em ambas as amostras valores semelhantes aos dos estudos prévios com uma amostra portuguesa (Almiro, 2013).

Estudos de Validação da Escala de Avaliação da Desejabilidade Social de Coimbra (DESCA) numa
Amostra Forense do INMLCF

Ruth Patrícia Portugal Antunes (ruth.portugal@hotmail.com) 2016

Da análise da consistência interna das dimensões da DESCAs, de acordo com Murphy e Davidsholder (1988, como citados em Maroco & Garcia-Marques, 2006), a BAS da DESCAs revela uma consistência interna moderada na amostra forense, a GIS regista um coeficiente baixo, enquanto a DR tem um valor inaceitável ($\alpha=.295$). Na amostra de controlo as dimensões GIS e DR registaram valores inaceitáveis, enquanto a dimensão BAS obtém um coeficiente moderado ($\alpha=.750$) (ver Tabela3).

Considerando os valores de alfa de *Cronbach* obtidos, as análises estatísticas posteriores não integram as dimensões GIS e DR da DESCAs.

Tabela 3 - Síntese das características psicométricas das subescalas da DESCAs obtidos no Contexto Forense

N=33	Consistência interna <i>Alfa de Cronbach</i>	M	DP	Itens
DESCAs BAS	.796 (.750)	15,15 (13,70)	3,809 (2,729)	6
DESCAs GIS	.612 (.137)	13,73 (13,08)	2,672 (1,54)	5
DESCAs DR	.295 (.443)	9,94 (10,08)	1,983 (1,77)	4

[entre parêntesis encontram-se os valores correspondentes à amostra de controlo (n=40); M(média), DP (Desvio-padrão)]

As correlações item-total da DESCAs na amostra forense (AnexoF2) apresentam, na generalidade, bons coeficientes, na maioria acima do $r=.300$, com exceção dos itens 2 ($r=.028$), 16 ($r=-.119$), 18 ($r=.073$). O item 19 tem uma correlação negativa com a escala total o que indica que deve ter cotação invertida.

Destaca-se o item 7 pela maior correlação ($r=.736$) que revela com o total da escala. Analisando as principais estatísticas descritivas relacionadas com os itens da escala, as médias variam entre 1.97 ($DP=.918$) no item sendo assim o item em que houve uma menor tendência para responder de forma defensiva, e 3.27 ($DP=.719$) no item, traduzindo uma maior tendência de resposta no sentido da desejabilidade social. Os itens que apresentam maior homogeneidade para responder de forma socialmente desejável foram: o item 16 ($M=2.82$, $DP=.635$) e o item ($M=2.67$, $DP=.645$).

Na análise da correlação entre cada item e a escala total da MCSDS da amostra forense (Anexo E2), a maioria dos itens regista uma correlação com o total da escala abaixo do .300 (Pallant, 2005; Silvestre, 2011), daí que o valor do alfa de *Cronbach* seja baixo. Destacam-se os itens 22 e 26 pela maior correlação ($r=.452$) com o total da escala. Analisando as principais estatísticas descritivas relacionadas com os itens da escala constata-se que as médias variam entre .15 ($DP=.364$) no item 6 e .94 ($DP=.242$.) no item 20. Os itens que registam maior homogeneidade para responder de forma socialmente desejável foram o item 16 ($M=.91$, $DP=.292$) e o item 20 ($M=.94$, $DP=.292$).

As correlações entre cada item e o total da escala L do EPQ-R (Anexo E2), na maioria dos itens registam um coeficiente superior $r=.300$, excetuando os itens 14, 46 e 53. O item 59 é o que apresenta maior correlação

com o total da escala ($r = .661$). Analisando as estatísticas descritivas dos itens da escala da amostra forense, constata-se que as médias variam entre .33 ($DP = .479$) no item 46 e $M = .91$ ($DP = .292$) no item 28. O item que regista maior homogeneidade nas respostas é o 28.

Analisando os coeficientes de correlação entre as dimensões da DESCAs e a escala total, obtiveram-se coeficientes na amostra forense elevados e significativos (Cohen, 1988) entre os fatores GIS e BAS da DESCAs ($r = .781$; $N = 33$; $p < .000$), entre o fator GIS da DESCAs e a escala DESCAs Total ($r = .865$; $N = 33$; $p < .000$) e um coeficiente moderado entre o fator BAS e DR da DESCAs ($r = .460$; $N = 33$; $p < .007$) (ver Tabela 4).

No que se refere aos valores da correlação entre os fatores GIS e BAS da DESCAs o coeficiente alcançado na amostra forense é superior ao da amostra de controlo ($r = .651$) (ver Tabela 4) e ambos são moderados (Cohen, 1988). O mesmo se verifica na correlação entre o fator BAS e DR da DESCAs com um coeficiente inferior na amostra de controlo ($r = .428$), na correlação entre o fator GIS e a escala DESCAs Total ($r = .803$), e na correlação entre o fator BAS e a DESCAs Total ($r = .803$).

Os resultados obtidos nos testes de correlação entre as dimensões e a escala total da DESCAs refletem uma boa consistência interna, embora sejam sempre mais consistentes na amostra forense que na de controlo.

4.2 Análise da validade convergente e validade divergente

Para analisar a validade convergente da DESCAs na amostra forense realizou-se o coeficiente de correlação de *Pearson* entre a DESCAs Total e a sua subescala BAS, e a MCSDS e a escala L do EPQ-R. O coeficiente obtido na amostra forense entre o total da DESCAs e a BAS e a escala L do EPQ-R é fraco (Cohen, 1988) e entre a DESCAs total e a BAS e a MCSDS é moderado. De notar que entre o Total da DESCAs e a MCSDS a correlação é invertida, ou seja, quando aumenta o resultado numa delas, diminui o da outra, podendo as duas escalas avaliar a desejabilidade social mas em fatores diferentes (ver Tabela 4).

Tabela 4. Coeficiente de correlação de Pearson entre as escalas (MCSDS, L do EPQ-R, DESCAs e BAS) na amostra forense (n=30)

	EPQR-L	MCSDS	BAS
MCSDS	-,204		
BAS	,282	,349*	
DESCAs Total	,203	,493**	,916**

* $p < .05$; ** $p < .001$

Na análise da validade divergente da DESCA, recorreu-se à correlação de Pearson da DESCA total e da BAS com as escalas de Neuroticismo e Extroversão do EPQ-R. A escala de Psicoticismo não foi usada por ter registado um coeficiente de consistência interna baixo ($\alpha=.422$). Os coeficientes de correlação obtidos são baixos (ver Tabela 5), o que traduz que a desejabilidade social é independente dos traços de personalidade avaliados pelo EPQ-R. Os resultados encontrados neste estudo não vão de encontro às conclusões de Edwards(1990) e Ellingson(2001) que nos seus estudos determinaram que os traços ligados ao ajuste social da pessoa estão correlacionados com a desejabilidade social.

Na análise das correlações das diferentes escalas, não se revelaram correlações significativas entre a escala L do EPQ-R e o fator BAS e a DESCA Total, podendo-se ponderar que as escalas não avaliam as mesmas dimensões da desejabilidade social. Os coeficientes de correlação baixos entre as diferentes escalas podem advir das diferentes operacionalizações do conceito de desejabilidade social (Paulhus, 1986; Reeder & Ryan, 2012), evidenciando uma possível multidimensionalidade deste construto onde cada escala mede aspetos distintos. A DESCA, por exemplo, pretende avaliar diferentes tipos de desejabilidade social: o fator "*Busca de aprovação social*" (BAS), evidenciando os traços que são considerados como o que a sociedade/cultura considera mais correto e adequado; o fator "*gestão da imagem social*" (GIS), em que o indivíduo reconhece que faz uso, consciente e de forma deliberada, de estratégias para enganar uma audiência no sentido de criar uma imagem positivamente favorável de si; e o fator "*dependência relacional*" (DR) que traduz o reconhecimento de se agir segundo o que é socialmente desejável para assegurar as relações com os outros e a busca de segurança. Já a escala L do EPQ-R surge como forma de "*avaliar a tendência dos sujeitos para atribuir a si próprios atitudes/comportamentos com valores socialmente desejáveis e para rejeitar em si mesmos atitudes/comportamentos com valores socialmente indesejáveis*" (Almiro, 2013, p. 149,150).

Tabela 5. Coeficiente de correlação de Pearson entre a DESCA total, a BAS e as subescalas do EPQ-R na amostra forense (n=30)

	neuroticismo	extroversão
BAS	,108	-,025
DESCA TOTAL	,177	,034

4.3. Comparação dos resultados da DESCA entre a amostra forense (INMLCF) e a amostra de controlo

Com o objetivo de verificar se a DESCA obtém resultados diferentes na amostra forense e de controlo recorreu-se ao *Teste t-student* para amostras independentes. Em relação ao total da DESCA, a média na amostra forense é

Estudos de Validação da Escala de Avaliação da Desejabilidade Social de Coimbra (DESCA) numa

Amostra Forense do INMLCF

Ruth Patrícia Portugal Antunes (ruth.portugal@hotmail.com) 2016

de 54,97 pontos (DP= 8,229) e na amostra de controlo é de 52.75 pontos (DP = 5,504). Os valores obtidos indicam que não há diferenças estatisticamente significativas ($p < .05$) nas pontuações da DESCA Total e da BAS entre as duas amostras (ver Tabela 6)

Tabela 6. Valores do teste *t* de Student obtidos pela comparação das médias na DESCA, escala L EPQ-R e na MCSDS entre a amostra forense (n=33) e a amostra de controlo (n=40)

Escalas	Grupos	M(DP)	Teste t	p
DESCA Total	Controlo	52,75 (5,504)	-1,374	,174
	INMLCF	54,97 (8, 229)		
DESCA BAS	Controlo	13,70 (2,729)	-1,893	,062
	INMLCF	15,15 (3,809)		
Escala L - EPQ-R	Controlo	10,43 (3,65)	-1.077	.286
	INMLCF	11,52 (4,77)		
MCSDS	Controlo	48,17 (3,249)	40.541	.000
	INMLCF	18,91 (4,523)		

Numa análise complementar, considerando-se as restantes escalas, na MCSDS a média obtida pela amostra forense é de 18,91 pontos (DP= 4,249) enquanto na amostra de controlo a média atingiu 48,17 pontos (DP= 3,249), sendo uma diferença estatisticamente significativa, mas no sentido de uma maior desejabilidade social no grupo de controlo. Lendo os itens da MCSDS, pode-se ponderar que alguns deles avaliem mais comportamentos relacionados com o desenvolvimento moral e não propriamente uma falta de honestidade. Estes resultados vão contrariar as teorias de McCrae e Costa (1983) que defendem que a desejabilidade social deve ser avaliada pelo padrão de respostas do indivíduo, visto que respostas positivas a itens socialmente aceitáveis traduzem falta de honestidade.

Na escala L do EPQ-R a média encontrada na amostra forense é de 11,52 pontos (DP= 4,777) e na amostra de controlo é de 10,43 pontos (DP= 3,651) não constituindo uma diferença estatisticamente significativa (ver Tabela 6).

Relativamente às diferenças encontradas nas respostas às três escalas, entre as duas amostras (forense e grupo de controlo), verificou-se que tais foram muito significativas na MCSDS, com os participantes da amostra forense a demonstrarem uma menor tendência para responder segundo o que é percebido como mais correto e socialmente aceite, tendência essa traduzida por um valor de desejabilidade social muito mais baixo que os da amostra de controlo. Teoricamente, seria de esperar que, na população forense, houvesse uma maior preocupação em dar uma imagem positiva de si próprio (Araújo et al, 2009), mas tal não se verificou nesta escala, o que traduz que a MCSDS não é a melhor medida de desejabilidade social neste contexto. Este facto,

reforçado pela já mencionada falta de consistência interna da escala MCSDS neste estudo e baixa correlação item/escala, levou a que a mesma não tenha sido considerada nos resultados finais. Ao contrário da MCSDS, a DESCA e escala L do EPQ-R vão ao encontro do hipoteticamente esperado no que diz respeito à tendência de resposta da amostra forense, revelando serem boas escalas para a avaliação do constructo neste contexto.

Neste estudo, não se regista uma maior tendência, por parte da amostra forense em comparação com a amostra controlo, para a desonestidade ou tentativa de passar uma imagem positivamente exagerada, comportamentos medidos pelos instrumentos aplicados. A ausência de diferenças pode dever-se ao reduzido tamanho das duas amostras usadas, o que torna os resultados mais suscetíveis à resposta de cada um dos participantes, ou simplesmente não houve nos participantes necessidade e cuidado em responderem no sentido da desejabilidade social.

4.4. Comparação por itens da DESCA entre as duas amostras

Para além da comparação entre as médias dos totais por escala, ponderou-se fazer uma análise comparativa mais detalhada dos itens das escalas DESCA e da BAS entre as duas amostras através do Teste *U de Mann-Whitney* considerando que os itens têm cotação ordinal.

Apenas o item 7 teve uma diferença estatisticamente significativa [$U=495$ (72), $p=.047$], com uma média superior na amostra forense (ver Tabelas 4 e 5, Anexo F)

4.5. Avaliação da influência das variáveis sociodemográficas sexo, idade, nível de escolaridade e tipo de processo nas respostas à DESCA na amostra forense

Relativamente à escala total, o sexo feminino apresentou resultados superiores ($M = 56.09$; $DP = 10.454$) de desejabilidade social, comparativamente aos indivíduos do sexo masculino ($M = 54.41$; $DP = 7.08$). O mesmo padrão de resultados foi encontrado para a “*busca de aprovação social*” (mulheres: $M = 16.00$; $DP = 4.313$; homens: $M = 14.73$; $DP = 3.561$) (Tabela 7).

Tabela 7. Estatísticas descritivas - Valores da escala total e subescalas em função do sexo

Escalas	Grupos	M(DP)	Teste t (p)	n
DESCA Total	Feminino	56,09 (10,45)	-,547 (,588)	11
	Masculino	54,41 (7,08)		22
DESCA BAS	Feminino	16,00 (4,31)	-,902 (,374)	11
	Masculino	14,73 (3,56)		22

De modo a comparar as respostas em função da variável Sexo, procedeu-se ao cálculo do Teste *t-Sudent* para amostras independentes. Os resultados obtidos indicam que não há diferenças estatisticamente significativas ao nível da média dos resultados totais da DESCA ($t = -.547$, $p = .588$, 95% IC [- 7.948, 4.585]) e na BAS “*busca de aprovação social*”, ($t = -.902$, $p = .374$, 95% IC [- 4.15, 1.604], $d = .0074$) em função da variável sexo. Ambos os resultados têm uma dimensão do efeito pequena (Cohen, 1988).

No que respeita à Idade, as correlações entre a DESCA total e a idade obteve um coeficiente $r = .008$ ($n = 33$), enquanto a BAS registou um coeficiente $r = .019$ ($n = 33$). Estes resultados indicam que a desejabilidade social enquanto medida pela DESCA é independente da idade, não havendo tendência para diminuir nem aumentar à medida que se tem mais idade. Estes resultados diferem daqueles reportados por Stöber (2001) e Soubelete e Salthouse (2011), que demonstraram níveis mais elevados de desejabilidade social consoante o aumento da idade.

Considerando o nível de escolaridade, foram os sujeitos do 1º Ciclo que registaram valores médios mais elevados ($M = 58.62$; $DP = 8.618$) na DESCA. O valor médio mais baixo na DESCA foi alcançado pelo grupo de escolaridade superior ($M = 46.50$; $DP = 3.697$) (ver Tabela 8). Na subescala “*busca de aprovação social*”, o grupo de escolaridade em que a pontuação média foi mais elevada foi o 1º Ciclo ($M = 17.50$; $DP = 4.140$), sendo que os participantes com um nível de escolaridade Superior registaram novamente os valores médios mais reduzidos ($M = 11.00$; $DP = 2.16$).

Tabela 8. Estatísticas descritivas - Valores da escala total e subescalas em função da escolaridade

Escalas	Escolaridade	M(DP)	ANOVA		n
			F	p	
DESCA Total	1º Ciclo	58,62 (8,618)	1.635	.193	8
	2º Ciclo	56,50 (6,058)			6
	3º Ciclo	54,44 (9,876)			9
	Secundário	55,00 (6,812)			6
	Superior	46,50 (3,697)			4
DESCA BAS	1º Ciclo	17,50 (4,140)	2.535	.062	8
	2º Ciclo	16,00 (2,683)			6
	3º Ciclo	15,00 (3,905)			9
	Secundário	14,17 (3,125)			6
	Superior	11 (2,160)			4

Os resultados do teste ANOVA revelam que não existem diferenças estatisticamente significativas ($F = 1.635$, $p = .193$) nos resultados totais da DESCA nem no fator BAS “*busca de aprovação social*” ($F = 2.535$, $p = .062$), considerando o nível de significância $p < .05$, em função do nível de escolaridade.

Considerando o tipo de processo (Tabela 9), foram os dos processos relacionados com crimes sexuais que registaram valores médios mais

elevados ($M = 72$; $DP = ,000$) na DESCA. O valor médio mais baixo na DESCA foi alcançado nos Processos do Tribunal de trabalho/avaliação de incapacidades ($M = 52,65$; $DP = 7.329$). Nas subescalas “busca de aprovação social” ($M = 24,00$; $DP = .000$) a pontuação média foi igualmente mais elevada nos Processos de natureza sexual. Os valores das médias mais baixas foram obtidas para as subescalas “busca de aprovação social” ($M = 14,13$; $DP = 3.27$) nos processos relacionado com a regulação das responsabilidades parentais.

Tabela 9. Estatísticas descritivas - Valores da escala total e subescalas em função do tipo de processo

Escalas	Tipo de Processo	M(DP)	ANOVA		n
			F(4, 22)	p	
DESCA Total	Resp. Par.	52,88 (4,673)	7,754	.001	8
	Trib. Trabalho	52,65 (7,329)			20
	Aver. Imputab.	66,50 (3,109)			4
	Sexual	72,00 (.000)			1
DESCA BAS	Resp. Par.	14,13 (3,65)	5,503	.004	8
	Trib. Trabalho	11,52 (4,77)			20
	Aver. Imputab.	52,75 (5,504)			4
	Sexual	54,97 (8229)			1

O resultado do teste ANOVA registam diferenças estatisticamente significativas ($F = 7.754$, $p = .001$) nos resultados totais da DESCA e no fator BAS “busca de aprovação social” ($F = 5,503$, $p = .004$) em função do tipo de processo avaliado. No entanto, como na amostra só consta um processo relacionado com crimes sexuais, a análise estatística relativa a esta categoria não tem assegurado qualquer rigor, pois é um único processo. Considerando as restantes 3 categorias não se registam diferenças estatisticamente significativas na DESCA total e na BAS em função do tipo de processo. Visto que a significância registada está assente numa categoria sem rigor, não é possível, nesta amostra, tirar conclusões estatísticas exatas em função do tipo de processo avaliado. As conclusões serão mais fidedignas numa amostra com maiores dimensões e com um maior número de processos relacionados com crimes sexuais.

VI - Conclusão

Com o presente trabalho pretendeu-se validar um instrumento de avaliação da desejabilidade social, a DESCA, numa amostra forense.

Procedeu-se à análise das qualidades psicométricas da Escala de Desejabilidade Social de Coimbra – DESCA numa amostra forense, sugerindo os resultados, na generalidade, que a escala tem qualidades psicométricas razoáveis a nível da precisão e da validade divergente.

Relativamente à validade convergente esperava-se maior correspondência entre instrumentos que medem a desejabilidade social (escala L do EPQ-R e MCSDS), mas, visto que há diversidade teórica na operacionalização do conceito, existem divergências nos instrumentos de avaliação deste construto, considerando assim que os dados obtidos não retiram utilidade prática à DESCA.

Ao nível das diferenças individuais, os dados obtidos apontam para diferenças nulas nos resultados em função da variável sexo, da variável idade e do nível de escolaridade. Todavia, o fator *Busca de aprovação social*, parece ser influenciado pelo nível de escolaridade, com os indivíduos com maior nível de escolaridade a apresentarem resultados significativamente mais baixos no fator que os respondentes com níveis mais baixos de escolaridade.

O presente estudo tem limitações que implicam cautela na análise dos resultados obtidos, designadamente, a dimensão da amostra forense, que é pequena, e que só inclui um processo de crimes sexuais. Uma vez que esta pesquisa tem um tempo limitado, fica-se dependente dos processos que surgem no INMLCF nesse intervalo temporal. Outra limitação corresponde aos coeficientes de consistência interna de duas dimensões da DSCA, a GIS e a DR, que invalidaram as análises posteriores.

Continua a ser de grande importância compreender qual o efeito da desejabilidade na avaliação forense. Estudos posteriores serão necessários no sentido de refinar os instrumentos envolvidos, particularmente a DESCA, nomeadamente ao nível da estrutura da escala e da propriedade dos itens, no sentido de clarificar a natureza e o papel da desejabilidade social, enquanto área que (ainda) carece de clarificação, dada a controvérsia e ausência de consenso em torno do construto (.g. unidimensional vs multidimensional). Será, também, fundamental a extensão do trabalho a uma amostra forense mais extensa.

Bibliografia

- Almeida, M. R. C. (1993). *Inquérito de vitimação 1992*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça. [Links]
- Almiro, P. (2013). *Adaptação, validação e aferição do EPQ-R para a população portuguesa: Estudos nos contextos clínico, forense e na comunidade*. Tese de Doutoramento não publicada. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Almiro, P, A., & Simões, M. R. (2011). Questionário de Personalidade de Eysenck – Forma revista (EPQ-R): Breve revisão dos estudos de validade concorrente. *Revista Portuguesa de Psicologia*, 42, 101-120.
- Almiro, P.A., & Simões, M.R. (2013). *Manual da versão portuguesa do Questionário de Personalidade de Eysenck – Forma Revista (EPQ-R)*. Coimbra: Laboratório de Avaliação Psicológica.

Estudos de Validação da Escala de Avaliação da Desejabilidade Social de Coimbra (DESCA) numa Amostra Forense do INMLCF

Ruth Patrícia Portugal Antunes (ruth.portugal@hotmail.com) 2016

- Almiro, P., Simões, M. R., & Sousa, L. (2010). *Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne (versão 33 itens): Estudos de adaptação e validação para a população portuguesa*. Coimbra: Laboratório de Avaliação Psicológica e Psicometria.
- Almiro, P., Almeida, D., Ferraz, M., Ferreira, R., Perdiz, C., Dias, I.S., ... & Simões, M.R. (2016). Escala de Desejabilidade Social (EDS-20). In Mário R. Simões, Leandro S. Almeida & Miguel Gonçalves (Eds.), *Instrumentos e contextos de avaliação psicológica* (Vol. IV: Psicologia Forense). Coimbra: Edições Almedina.
- Andrews, P., & Meyer, R. G. (2003). Marlowe-Crowne Social Desirability Scale and Short Form C: Forensic Norms. *Journal of Clinical Psychology*, 59(4), 483-492. doi: 10.1002/jclp.10136
- Araújo, L., Costa, J., Gonçalves, M., Gouveia, M., Gouveia, R. & Medeiros, E. (2009). Disposição para perdoar, desejabilidade social e religião: um estudo correlacional. *Revista Bioética*, 17 (2), 297-308.
- Arce, R. (2005). La construcción de la psicología jurídica en Europa y sustatus actual. In R. A. Gonçalves & C. Machado (Coords.), *Psicologia forense* (pp. 103-114). Coimbra: Quarteto.
- Ballard, R. (1992). Short forms of the Marlowe-Crowne Social Desirability Scale. *Psychological Reports*, 71, 1155-1160. doi: 10.2466/PR.71.8.1155-1160
- Bartol, C., & Bartol, A. (1999). The History of Forensic Psychology. In A. Hess & I. Weiner, *The Handbook of Forensic Psychology* (1st ed., pp. 3-34). New York: John Wiley. Retrieved 7 September 2014, from http://media.johnwiley.com.au/product_data/excerpt/19/11183484/1118348419-4.pdf
- Barros, R., Moreira, P., & Oliveira, B. (2005). Influência da desejabilidade social na estimativa da ingestão alimentar obtida através de um questionário de frequência de consumo alimentar. *Acta Médica Portuguesa*, 18, 241-248.
- Blackburn, R. (1996). What is forensic psychology? *Legal and Criminological Psychology*, 1, 3-16. doi:10.1111/j.2044-8333.1996.tb00304.x
- Brigham, J.C. (1999). What is forensic psychology, anyway? *Law and Human Behavior*, 23, 273-298.
- Carr, G. D., Moretti, M. M., & Cue, B. J. H. (2005). Evaluating parenting capacity: Validity problems with the MMPI-2, PAI, CAPI, and ratings of child adjustment. *Professional Psychology: Research and Practice*, 36, 188-196.
- Carvalho, M. A. D. (1999). *O modelo informação-motivação-aptidões comportamentais: Estudo dos determinantes dos comportamentos preventivos na transmissão do VIH em jovens adultos*. Tese de Mestrado não publicada. ISPA – Instituto Universitário, Lisboa.
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences* (2nd

- ed.). Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Crowne, D. P., & Marlowe, D. (1960). A new scale of social desirability independent of psychopathology. *Journal of Consulting Psychology, 24*(4), 349-354.
- Edwards, A. L. (1990). Construct validity and social desirability. *American Psychologist, 45*, p.287- 289.
- Ellingson, J., Smith, D., & Sackett, P. (2001). Investigating the influence of social desirability on personality factor structure. *Journal of Applied Psychology, 86*, 122-133.
- Eysenck, S. B. G., Eysenck, H. J., & Barrett, P. (1985). A revised version of the Psychoticism scale. *Personality and Individual Differences, 6*, 21-29.
- Furnham, A. (1986). Response bias, social desirability and dissimulation. *Personality and Individual Differences, 7*, 385- 400.
- Gonçalves, R. A. (1996). Psicologia da justiça: Um longo passado para uma designação recente. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática, 1*, 207-218.
- Gonçalves, M. M., & Gonçalves, Ó. F. (1999). Personalidade e construcionismo social: dos traços às narrativas. *Psychologica, 22*, 123-135.
- Gonçalves, R. A., & Machado, C. (Coords.). (2005). *Psicologia forense*. Coimbra: Quarteto.
- Gonçalves, R. (2010). Psicologia Forense em Portugal. Uma história de responsabilidades e desafios. *Revista Análise Psicológica, 1*(28), 107-115.
- Gonçalves, R. (2012). A psicologia da Justiça em Portugal: uma viagem partilhada com Carla Machado. *Revista Análise Psicológica, 30* (1-2), 7-13.
- Gould, J.W., Martindale, D.A., & Flens, J.R. (2009). Responsible use of psychological tests in child custody assessment. In Galatzer-Levy, R., Kraus, L., Galatzer-Levy, B. (Eds). *Scientific Basic of Child Custody Decisions*, second ed. Ed. New York, NY: Wiley, pp. 85-124
- Hartshorne, H., & May, H. A. (1930). *Studies in the nature of character*. New York: MacMillan.
- Hathaway, S. R., & McKinley, J.C. (1951). *MMPI manual*. New York: Psychological Corporation.
- Helmes, E., & Holden, R. R. (2003). The construct of social desirability: One or two dimensions? *Personality and Individual Differences, 34*, 1015-1023.
- Holden, R. R., & Passey, J. (2009). Social desirability. In M. R. Leary, & R. H. Hoyle. (Eds.), *Handbook of individual differences in social behavior* (pp. 441-454). New York; London: Guilford.

- Machado, C., & Gonçalves, R. A. (2011). Avaliação psicológica forense: Características, problemas técnicos e questões éticas. In M. Matos, R. A. Gonçalves, & C. Machado (Eds.), *Manual de psicologia forense: Contextos, práticas e desafios* (pp. 15-29). Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Machado, A. M. A. S. (2012). *Engano-te a ti e a mim...: um estudo exploratório sobre o fakinggood e o MMPI-2 com indicadores de medidas fisiológicas*. Tese de Doutoramento não publicada. Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa.
- Maroco, J., & Garcia-Marques, T. (2006). Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas? *Laboratório de Psicologia*, 4(1), 65-90.
- Marôco, J., Pechorro, P., Poiares, C., & Vieira, R. (2012). Contributos para a validação duma versão curta da Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne com adolescentes portugueses. *Arquivos de Medicina*, 26 (3), pág.103-108
- McCrae, R. R., & Costa, P. T. (1983). Social desirability scales: More substance than style. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 51, 882-888.
- Meehl, P. E., & Hathaway, S. R. (1946). The K factor as a suppressor variable in the Minnesota Multiphasic Personality Inventory. *Journal of Applied Psychology*, 30, 525-564.
- Oliveira, J. (2013). *Estudos de validação da Escala de Desejabilidade Social – DESCAs*. Dissertação de Mestrado não publicada. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Paulhus, D. L. (1984). Two-component models of socially desirable responding. *Journal of Personality and Social Psychology*, 46(3), 598-609.
- Paulhus, D. L. (1986). Self-deception and impression management in tests responses. In A. Angleitner & J. S. Wiggins (Eds.), *Personality assessment via questionnaires* (pp. 144-165). Berlin: Springer-Verlag.
- Paulhus, D. L. (1988). *Assessing self-deception and impression management in self-reports: the balanced inventory of desirable responding*. Unpublished manual. Vancouver, British Columbia, Canada: University of British Columbia. doi: 10.1177/2158244015621113
- Paulhus, D. L. (1991). Measurement and control of response bias. In J. P. Robinson, P. R. Shaver, L. S. Wrightsman (Eds.), *Measures of personality and social psychological attitudes* (pp. 17-59). San Diego, CA US: Academic Press.
- Paulhus, D. L. (2002). Socially desirable responding: The evolution of a construct. In H. I. Braun, D. N. Jackson, D. E. Wiley, H. I. Braun, D.

- N. Jackson, D. E. Wiley (Eds.), *The role of constructs in psychological and educational measurement* (pp. 49–69). Mahwah, NJ US: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Paulhus, D.L., Reid, D.B., & Murphy, G. (1987). *The Omnibus Study of Desirable responding*. Unpublished data, University of British Columbia. doi=10.1.1.454.4121
- Paulhus, D. L., & Notareschi, R. F. (1993). *Varieties of faking manipulations*. Unpublished Data, University of British Columbia.
- Paulhus, D. L., & John, O. P. (1998). Egoistic and moralistic biases in self-perception: The interplay of self-deceptive styles with basic traits and motives. *Journal of Personality*, *66*, 1025–1060.
- Paulhus, D. L., Tanchuk, T. & Wehr, P. (1999). *Value based faking on personality questionnaires: Agency and communion rule*. Presented at the meeting of the American Psychological Association, Boston.
- Paunonen, S. V., & LeBel, E. P. (2012). Socially desirable responding and its elusive effects on the validity of personality assessments. *Journal of Personality and Social Psychology*, *103*(1), 158-175.
- Poiares, C. (2004). *Justiça, Exclusão Social & Psicologia ou Estranhas Formas de Vida*. In ARS IVDINCANDI, Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Castanheira Neves, volume 1, do Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- Póinhos, R., Correia, F., Faneca, M., Ferreira, J., Gonçalves, C., Pinhão, S., & Medina, J. L. (2008). Desejabilidade social e barreiras ao cumprimento da terapêutica dietética em mulheres com excesso de peso. *Acta Médica Portuguesa*, *21*, 221-228.
- Raskin, R., & Hall, C. S. (1981). The Narcissistic Personality Inventory: Alternate form reliability and further evidence of construct validity. *Journal of Personality Assessment*, *45*, 159-162.
- Rua, F. (2011). *A avaliação da personalidade em contexto penal: (des)comunicações criminológicas entre direito e psicologia*. Dissertação de Mestrado não publicada. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Porto.
- Sackeim, H. A., & Gur, R. C. (1978). Self-deception, self-confrontation, and consciousness. In G. E. Schwartz, & D. Shapiro (Eds.), *Consciousness and self-regulation, advances in research and theory* (Vol. 2) (pp. 139–197). New York: Plenum Press.
- Scagliusi, F. B., Cordás, T. A., Polacow, V. O., Coelho, D., Alvarenga, M., Philippi, S. T., & Lancha, A. H. Jr, (2004). Tradução da escala de desejo de aceitação social de Marlowe e Crowne para a língua portuguesa. *Revista de Psiquiatria Clínica*, *31*(6), 272-278.
- Schermer, J. A., & MacDougall, R. (2013). A general factor of personality, social desirability, cognitive ability, and the survey of work styles in an employment selection setting. *Personality and Individual Differences*, *54*, 141-144.

- Schmitt, M. J., Schwartz, S. H., Steyer, R., & Schmitt, T. (1993). Measurement models for the Schwartz Value Inventory. *European Journal of Psychology Assessment, 9*, 107–121.
- Schmitt, D. P., Allik, J., McCrae, R. R., Benet-Martínez, V., Alcalay, L., & Ault, L. (2007). The geographic distribution of Big Five personality traits: Patterns and profiles of human self description across 56 nations. *Journal of Cross-Cultural Psychology, 38*, 173–212. doi:10.1177/0022022106297299
- Seisdedos, N. (1996). The "IM" (Impression Management) Scale. *European Review of Applied Psychology, 46*, 45-54.
- Shultz, K., & Chávez, D. (1994). The reliability and structure of a social desirability scale in English and in Spanish. *Educational and Psychological Measurement, 54*, 935-940.
- Silva, J. P. (1993). A propósito do Exame Psicológico no Âmbito Penal. *Análise Psicológica, 1* (XI), 29-36
- Simões, M. R. (1999). O ensino e a aprendizagem da avaliação psicológica: o caso da avaliação da personalidade. *Psicologica, 22*, 135-172.
- Soubelet, A., & Salthouse, T. A. (2011). Influence of social desirability on age differences in self-reports of mood and personality. *Journal of Personality, 79*(4), 741-762. doi: 10.1111/j.1467-6994.2011.00700.x
- Stöber, J. (2001). The Social Desirability Scale-17 (SDS-17): Convergent validity, discriminant validity, and relationship with age. *European Journal of Psychological Assessment, 17*(3), 222-232.
- Tobin, N. L., Seals, R. W., & Vincent, J. P. (2011). Response patterns on the parent-child relationship inventory in a simulated child custody evaluation. *Journal of Child Custody, 8*, 284-300. doi: 10.1080/15379418.2011.620929
- Üzümcü, B. (2016). Study of Social Desirability Levels of Female Youth Camp Leader Candidates in Accordance with Some Variables. *Journal of Education and Training Studies, 4* (7), 92-99. doi: 10.11114/jets.v4i7.1433.
- Vincent, C. G., & Tobin, T. J. (2011). An examination of the relationship between implementation of school-wide positive behavior support (SWPBS) and exclusion of students from various ethnic backgrounds with and without disabilities. *Journal of Emotional and Behavioral Disorders, 19*, 217-232.
- Wiggins, J. S. (1959). Interrelationships among MMPI measures of dissimulation under standard and social desirability instructions. *Journal of Consulting Psychology, 23*, 419-427.
- Wiggins, J. S. (1964). Convergences among stylistic response measures from objective personality tests. *Educational and Psychological Measurement, 24*, 551-562

ANEXOS

Anexo A – Ficha resumo projetos de investigação científica ou de artigos científicos (autorização formal ao INMLCF)



FICHA RESUMO DE PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA OU DE ARTIGOS CIENTÍFICOS

– A DECORRER OU A DESENVOLVER –

- **TÍTULO DO PROJETO/ARTIGO CIENTÍFICO** (se inexistente, indicar 3 palavras-chave que exprimam o tema):

█

- **SERVIÇO/UNIDADE RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO/ORIENTAÇÃO NO INMLCF, I.P.:** █

- **ELEMENTO(S) RESPONSÁVEL(EIS) PELA ORIENTAÇÃO DO PROJETO/ARTIGO NO INMLCF, I.P.:** █

- **ELEMENTO(S) QUE VAI(VÃO) DESENVOLVER O PROJETO/ARTIGO:** █

- **EMAIL INSTITUCIONAL** (dos elementos atrás mencionados): █

- **OUTRAS INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS/COLABORADORAS** (se aplicável): █

- **PROJETO SUBSIDIADO? SE SIM: INDICAR ENTIDADE FINANCIADORA & MONTANTE:**

Não

Sim

Entidade Financiadora: █; Montante █€

- **ENCONTRA-SE INSERIDO EM ALGUM CURSO? SE SIM INDIQUE QUAL:**

DE Pré-GRADUAÇÃO

Faculdade de █, Universidade de █

Outra: █



DE Pós - GRADUAÇÃO:

Mestrado (Pré-Bolonha)

Mestrado em [], pela Faculdade/Universidade: []

Mestrado Integrado (Processo Bolonha)

Faculdade de [], Universidade de []

Doutoramento/Programa Doutorai

Doutoramento em [], pela Faculdade/Universidade: []

Pós-Doc

Pela Faculdade/Universidade: []

Outra: []

• **ENCONTRA-SE INSERIDO NOUTRO ÂMBITO (que não anteriormente mencionado)? INDIQUE QUAL:** []

• **PERÍODO (DATAS) EM QUE DECORRE O PROJETO (início e fim):** []

• **PERÍODO (DATAS) EM QUE DECORRE O PEDIDO DE COLABORAÇÃO AO INMLCF, LP. (início e fim):** []

• **RECURSOS ESPECÍFICOS | MATERIAL E MÉTODOS A USAR:**

Instalações: []

Consumíveis: []

Pessoal: []

Amostras Biológicas*: []

Outros: []



*** Obrigatório o preenchimento do Formulário MOD 005 - DIFD (Pedido de Colheita e/ou Utilização de Amostras Biológicas para Investigação e/ou Treino Cirúrgico)**

+ RESUMO DO PROJETO/ARTIGO (máximo uma página):

█

█ / █ / 20█

(Assinatura do Responsável)

Parecer do Diretor/Coordenador de Serviço:



Parecer do DIFD:

Favorável Não favorável

Data:

Assinatura:

Despacho do Diretor da Delegação:

Favorável Não favorável

Data:

Assinatura:

Despacho do Vice-Presidente:

Deferido Indeferido

Data:

Assinatura:

Anexo B - Termo de responsabilidade**TERMO DE RESPONSABILIDADE**

■■■■■, portador(a) do Cartão de Cidadão/Bilhete de Identidade n.º ■■■■■, válido até ■■■■■, tendo requerido autorização para realizar um estágio e/ou para realizar um estudo de investigação no Serviço/Gabinete Médico-Legal e Forense ■■■■■ da Delegação do ■■■■■ do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P. (INMLCF), desde já declara:

- Que cumprirá todas as instruções e indicações que lhe forem dadas em matéria de funcionamento do Serviço;
- Que aceita e cumprirá as restrições, os termos e as condições que lhe forem colocados no acesso à informação;
- Que não vai apossar-se de material iconográfico, de cópia de relatórios ou de outro tipo de elementos, ou de qualquer base de dados;
- Que não procederá ao registo de qualquer elemento identificativo dos processos, designadamente elementos de identificação do examinado e número do processo judicial e respetivo Tribunal, e manterá completo sigilo sobre qualquer informação de serviço e sobre qualquer facto de natureza pericial a que eventualmente possa aceder;
- Que entregará cópia digital e em papel da(s) publicação(ões) efetuadas;
- Que obrigatoriamente referirá a fonte INMLCF, I.P., em quadros, tabelas ou imagens, independentemente da modalidade da apresentação dos dados.

Mais declara que a violação de qualquer dos compromissos aqui assumidos resultará no apuramento de responsabilidades penais, civis, e disciplinares, e ainda à impossibilidade, imediata e futura, de o INMLCF, I.P. lhe conceder qualquer tipo de colaboração.

■■■■■ / ■■■■■ / 201■■■■■

O(A) Declarante

Anexo C - Características psicométricas da DESCA

Tabela 1. Consistência interna e estatísticas descritivas dos itens da DESCA na amostra normativa

Itens	M _a	σ^2_a	rb	α_a	M	DP
1	50,00	27,846	,242	,690	2,75	,742
2	50,27	26,512	,444	,671	2,48	,716
3	50,42	27,122	,288	,686	2,33	,829
4	50,57	26,148	,535	,663	2,18	,675
5	50,07	29,815	-,012	,716	2,68	,764
6	50,25	26,859	,369	,678	2,50	,751
7	50,62	26,702	,514	,668	2,13	,607
8	50,85	27,208	,407	,676	1,90	,632
9	50,17	25,789	,591	,658	2,58	,675
10	49,97	27,204	,419	,675	2,78	,620
11	51,00	26,359	,444	,670	1,75	,742
12	49,92	27,507	,357	,680	2,67	,645
13	49,50	30,923	-,159	,716	3,25	,494
14	49,90	25,733	,539	,660	2,85	,636
15	50,85	27,054	,519	,670	1,90	,545
16	50,00	34,410	-,556	,758	2,75	,707
17	50,25	25,474	,561	,657	2,50	,751
18	49,62	32,240	-,321	,736	3,13	,648
19	49,95	34,767	-,586	,762	2,80	,723
20	50,47	24,563	,658	,645	2,28	,784
21	50,30	25,497	,594	,655	2,45	,714

Nota. a = se item eliminado; b = correlação item/ total

Tabela2. Consistência interna e estatísticas descritivas dos itens da DESCA na amostra forense

Itens	M_a	σ²_a	rb	α_a	M	DP
1	51,97	62,030	,383	,812	3,00	,829
2	52,48	66,258	,028	,833	2,48	1,004
3	52,55	61,756	,330	,815	2,42	,969
4	52,91	61,335	,417	,810	2,06	,864
5	52,58	63,127	,317	,815	2,39	,788
6	52,12	59,235	,550	,03	2,85	,906
7	52,45	56,443	,736	,792	2,52	,939
8	52,85	59,883	,535	,804	2,12	,857
9	52,24	57,814	,602	,799	2,73	,977
10	51,4	60,746	,474	,808	3,03	,847
11	53,00	59,062	,554	,803	1,97	,918
12	52,09	59,773	,544	,804	2,88	,857
13	51,70	62,030	,456	,809	3,27	,719
14	52,03	62,343	,382	,8012	2,94	,788
15	52,82	58,841	,608	,800	2,15	,870
16	52,15	68,570	-,119	,831	2,82	,635
17	52,30	61,78	,544	,807	2,67	,645
18	51,91	66,273	,073	,825	3,06	,747
19	52,21	72,172	-,393	,844	2,76	,751
20	52,70	60,905	,421	,810	2,27	,911
21	52,39	61,121	,550	,805	2,58	,708

Anexo D - Características psicométricas da escala L do EPQ-R

Tabela 1. Consistência interna e estatísticas descritivas dos itens da escala L do EPQ-R na amostra de controlo

Itens	M_a	σ_a^2	rb	α_a	M	DP
7	9,80	11,651	,429	,742	,63	,490
12	9,95	11,946	,322	,751	,48	,506
14	9,63	12,497	,233	,757	,80	,405
17	9,60	12,400	,288	,753	,83	,385
20	9,70	11,754	,442	,741	,73	,452
22	9,73	11,794	,413	,743	,70	,464
26	9,73	11,846	,397	,745	,70	,464
28	9,80	13,036	,014	,776	,63	,490
30	10,10	12,092	,306	,752	,33	,474
38	9,93	11,917	,330	,750	,50	,506
41	9,78	11,17	,416	,743	,65	,483
46	10,23	12,794	,127	,764	,20	,405
49	9,78	12,076	,303	,052	,65	,483
51	10,23	12,333	,292	,753	,20	,405
53	9,75	11,885	,372	,747	,68	,474
59	10,10	11,68	,438	,741	,33	,474
61	9,90	11,118	,579	,728	,53	,506
68	9,53	12,461	,361	,750	,90	,304

Tabela 2. Consistência interna e estatísticas descritivas dos itens da escala L do EPQ-R na amostra forense

Itens	M_a	σ²_a	r	α_a	M	DP
7	10,82	20,903	,398	,744	,70	,467
12	11,06	20,434	,466	,738	,45	,506
14	10,64	21,801	,294	,751	,88	,331
17	10,64	2,426	,41	,746	,88	,331
20	10,91	20,898	,369	,45	,61	,496
22	10,73	20,955	,445	,742	,79	,415
26	10,61	21,809	,340	,750	,91	,292
28	10,88	20,985	,357	,746	,64	,489
30	11,09	20,085	,552	,732	,42	,502
38	10,91	20,210	,530	,734	,61	,496
41	10,88	20,422	,489	,737	,64	,489
46	1,18	21,528	,239	,753	,33	,479
49	10,94	20,059	,558	,732	,58	,502
51	11,12	19,985	,584	,730	,39	,496
53	10,67	8,729	,077	,861	,85	1,716
59	11,03	19,593	,661	,724	,48	,508
61	11,00	20,563	,435	,740	,52	,508
68	10,67	21,229	,435	,744	,85	,364

Anexo E - Características psicométricas da escala MCSDS

Tabela 1. Consistência interna e estatísticas descritivas dos itens da MCSDS na amostra normativa

Itens	M _a	σ^2_a	rb	α_a	M	DP
1	46,87	10,266	,026	,380	1,30	,464
2	46,97	9,820	,226	,345	2,20	,405
3	6,47	9,538	,236	,336	1,70	,516
4	46,60	9,169	,327	,312	1,58	,549
5	46,62	9,317	,278	,324	1,55	,552
6	47,00	10,051	,147	,359	1,18	,385
7	46,85	9,772	,189	,348	1,33	,474
8	46,90	9,272	,393	,309	1,28	,452
9	46,40	10,092	,107	,365	1,78	,423
10	46,52	10,358	-,011	,388	1,65	,483
11	46,80	11,241	-,281	,439	1,38	,490
12	46,37	10,497	-,039	,390	1,80	,405
13	46,97	9,615	,310	,331	1,20	,405
14	46,40	0,810	-,155	,410	1,78	,423
15	46,30	10,882	-,197	,407	1,88	,335
16	46,87	10,215	,043	,377	1,30	,464
17	46,95	10,408	-,010	,386	1,23	,423
18	46,72	10,153	,047	,377	1,45	,504
19	46,42	10,302	,23	,380	1,75	,439
20	46,7	10,435	-,016	,386	1,20	,405
21	46,72	9,025	,423	,295	1,45	,504
22	46,80	10,779	-,143	,414	1,38	,490
23	46,82	10,456	-,042	,394	1,35	,483
24	47,12	10,010	,358	,346	1,05	,221
25	47,07	10,071	,205	,355	1,10	,304
26	46,82	9,738	,195	,347	1,35	,483
27	46,77	10,281	,010	,384	1,40	,496
28	46,50	10,000	,111	,364	1,68	,474
29	46,62	9,522	,252	,334	1,55	,504
30	46,30	10,369	,036	,377	1,88	,365
31	46,67	10,378	-,024	,391	1,50	,506
32	46,42	10,558	-,067	,396	1,75	,439
33	46,90	10,605	-,085	,400	1,28	,452

Tabela 2. Consistência interna e estatísticas descritivas dos itens da MCSDS na amostra forense

Itens	M_a	σ²_a	rb	α_a	M	DP
1	18,18	19,966	,072	,696	,73	,452
2	18,12	19,610	,184	,688	,79	,415
3	18,42	19,439	,171	,690	,48	,508
4	18,55	18,506	,408	,671	,36	,489
5	18,70	20,593	-,081	,705	,21	,415
6	18,76	20,064	,081	,694	,15	,364
7	18,30	20,093	,027	,700	,61	,496
8	18,15	19,070	,316	,679	,76	,435
9	18,09	19,585	,208	,687	,82	,392
10	18,48	19,445	,172	,689	,42	,502
11	18,39	18,871	,302	,679	,52	,508
12	18,21	18,985	,309	,679	,70	,46
13	18,03	19,343	,346	,680	,88	,331
14	18,12	19,235	,289	,681	,79	,415
15	18,18	18,903	,344	,677	,73	,452
16	18,00	19,312	,417	,678	,91	,292
17	18,09	18,898	,414	,674	,82	,392
18	18,36	20,114	,020	,701	,55	,506
19	18,03	19,593	,258	,685	,88	,331
20	17,97	20,468	-,030	,697	,94	,242
21	18,58	18,377	,452	,668	,33	,479
22	18,58	19,377	,203	,687	,33	,479
23	18,64	19,864	,097	,694	,27	,452
24	18,18	19,153	,278	,682	,73	,452
25	18,36	18,676	,350	,676	,55	,506
26	18,58	18,377	,452	,668	,33	,479
27	18,58	19,377	,203	,687	,33	,479
28	18,45	18,818	,316	,678	,45	,506
29	18,55	19,693	,122	,693	,36	,489
30	18,24	20,502	-,062	,706	,67	,479
31	18,39	21,434	-,262	,721	,52	,508
32	18,48	19,133	,245	,684	,42	,502
33	18,33	18,104	,493	,664	,58	,502

Anexo F – Resultados dos testes *t* e do teste do *Qui-quadrado* para as variáveis sociodemográficas

Tabela 1. Resultados do Teste para a variável Idade

Grupo	M	DP	<i>T</i>	<i>p</i>	95% IC	
					Lower	Upper
Controlo	.30	.464	-1,390	,169	-7.994	
INMLCF	.33	.479			1.426	

Tabela 2. Resultados do Teste do Qui-Quadrado para a variável Profissão e Escolaridade

Grupo	χ ²	<i>p</i>	95% IC	
			Lower	Upper
Profissão	20,733	,017	,014	,021
Escolaridade	9,371	,047	,041	,052
Sexo	0,093	,760		

Tabela 3. Coeficiente de correlação de Pearson entre as escalas (MCSDS, L do EPQ-R, BAS, GIS e DR) na amostra de Controlo (n=40)

	EPQR-L	MCSDS	BAS	GIS	DR
MCSDS	-,303				
BAS	,474**	-,416**			
GIS	,541**	-,192	-,192		
DR	,327*	-,198	,428**	,448**	
DESCA Total	,509**	-,346**	,867**	,803**	664**

* $p < 0.05$

** $p < 0.01$

Tabela 4. Médias de ordem dos itens da DESCA para cada uma das duas amostras

	GRUPO	N	MeanRank	Sum ofRanks
DESCA1	Controlo	40	33,88	1355,00
	INMLCF	33	40,79	1346,00
DESCA2	Controlo	40	37,39	1495,50
	INMLCF	33	36,53	1205,50
DESCA3	Controlo	40	36,39	1455,50
	INMLCF	33	37,74	1245,50
DESCA4	Controlo	40	38,78	1551,00
	INMLCF	33	34,85	1150,00
DESCA5	Controlo	40	40,09	1603,50
	INMLCF	33	33,26	1097,50
DESCA6	Controlo	40	33,13	1325,00
	INMLCF	33	41,70	1376,00
DESCA7	Controlo	40	32,88	1315,00
	INMLCF	33	42,00	1386,00
DESCA8	Controlo	40	35,10	1404,00
	INMLCF	33	39,30	1297,00
DESCA9	Controlo	40	35,73	1429,00
	INMLCF	33	38,55	1272,00
DESCA10	Controlo	40	33,39	1335,50
	INMLCF	33	41,38	1365,50
DESCA11	Controlo	40	35,08	1403,00
	INMLCF	33	39,33	1298,00
DESCA12	Controlo	40	35,78	1431,00
	INMLCF	33	38,48	1270,00
DESCA13	Controlo	40	35,89	1435,50
	INMLCF	33	38,35	1265,50
DESCA14	Controlo	40	36,19	1447,50
	INMLCF	33	37,98	1253,50
DESCA15	Controlo	40	34,45	1378,00
	INMLCF	33	40,09	1323,00
DESCA16	Controlo	40	36,20	1448,00
	INMLCF	33	37,97	1253,00
DESCA17	Controlo	40	35,19	1407,50
	INMLCF	33	39,20	1293,50
DESCA18	Controlo	40	37,65	1506,00
	INMLCF	33	36,21	1195,00

Estudos de Validação da Escala de Avaliação da Desejabilidade Social de Coimbra (DESCA) numa Amostra Forense do INMLCF

Ruth Patrícia Portugal Antunes (ruth.portugal@hotmail.com) 2016

DESCA19	Controlo	40	36,53	1461,00
	INMLCF	33	37,58	1240,00
DESCA20	Controlo	40	37,14	1485,50
	INMLCF	33	36,83	1215,50
DESCA21	Controlo	40	35,40	1416,00
	INMLCF	33	38,94	1285,00

Tabela 5. Valores do teste de Mann-Whitney na comparação dos itens da DESCA entre cada uma das duas amostras

	DESCA 1	DESCA 2	DESCA 3	DESCA 4	DESCA 5	DESCA 6	DESCA 7	DESCA 8	DESCA 9	DESCA 10	DESCA 11
Mann-Whitney U	535,00	644,50	635,50	589,00	536,50	505,00	495,00	584,00	609,00	515,50	583,00
Wilcoxon	1355,00	1205,50	1455,50	1150,00	1097,50	1325,00	1315,00	1404,00	1429,00	1335,50	1403,00
Z	-1,521	-,183	-,289	-,853	-1,478	-1,850	-1,984	-,946	-,606	-1,763	-,927
Asymp. Sig.	,128	,855	,772	,394	,139	,064	,047	,344	,544	,078	,354

	DESCA 12	DESCA 13	DESCA 14	DESCA 15	DESCA 16	DESCA 17	DESCA 18	DESCA 19	DESCA 20	DESC A21
Mann-Whitney U	611,000	615,500	627,500	558,000	628,000	587,500	634,000	641,000	654,500	596,00
Wilcoxon	1431,00	1435,50	1447,50	1378,00	1448,00	1407,50	1195,00	1461,00	1215,50	1416,0
Z	-,619	-,577	-,388	-1,269	-,413	-,882	-,330	-,238	-,065	-,782
Asymp. Sig. (2-tailed)	,536	,564	,698	,204	,679	,378	,741	,812	,948	,434